

## **OLHAR COTIDIANO SOBRE A POLÍTICA: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1989 E A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2000 EM MARINGÁ<sup>1</sup>**

*Luiz Miguel do Nascimento<sup>2</sup>*

Esta pesquisa nasceu das nossas inquietações para entender o voto popular na eleição presidencial brasileira de 1989. Em outras palavras, pretendíamos saber como votavam as pessoas pobres e com baixo grau de escolaridade, que não faziam parte de nenhum partido, organização, sindicato ou militância política. Também estávamos interessados em saber qual lógica, ou não-lógica, orientava esses homens e mulheres no momento de dar o seu voto para um determinado candidato. Posteriormente, à medida que avançamos no estudo dessa temática, sentimos a necessidade de situá-la em uma perspectiva mais abrangente, que implicava conhecer melhor a percepção dos sujeitos da pesquisa. Por esta razão, a nossa problemática acabou por transcender a questão do voto propriamente dito e objetivou conhecer o significado da política – dentro dos valores culturais dos eleitores - para as pessoas que não utilizam a linguagem do campo político profissional para se expressar, e nem sempre se baseiam nas suas categorias ou conceitos no momento de se relacionar com a chamada arte de governar.

Inicialmente, delimitamos a pesquisa à cidade de Maringá no ano de 1989, mas a dinâmica do trabalho nos levou a fazer algumas indagações sobre a eleição municipal de 2000 no município. Isto porque, diante de depoentes que falavam a partir do seu presente e da localidade em que vivem, fomos obrigados a ampliar o recorte cronológico da pesquisa e verificar como os eleitores concebem e participam da política, não só em uma eleição nacional, mas, em alguns casos, em termos municipais também. Adotamos esse procedimento porque, nas entrevistas em história oral que realizamos, fomos percebendo que a política local é a principal referência a partir da qual as pessoas falam sobre o assunto.

---

<sup>1</sup> Tese defendida em 24 de junho de 2003 no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC/SP, sob a orientação da profa. Dra. Heloisa de Faria Cruz.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), PR. Endereço residencial: Rua Marechal Deodoro, 328/501. CEP: 87030-020. Fone: (xx44) 226 9454. e-mail: lmiguel@wnet.com.br

Dito de outra forma, as eleições da cidade assinalam com mais força em suas memórias o tempo da política. Por essa razão, invariavelmente, quando perguntávamos sobre a eleição presidencial de 1989, lembravam-se de exemplos das disputas municipais. Assim, considerando que o nosso principal objetivo consistia em entender as formas de percepção política dessas pessoas e como elas participavam da vida pública, achamos que, guardadas as devidas proporções, não havia maiores problemas em lidar com as esferas nacional e local; até porque, não se tratava de fazer um estudo propriamente dito da eleição municipal de 2000 em Maringá, mas apenas procurar saber como os depoentes viram, interpretaram e participaram nesse processo eleitoral. Ademais, esse procedimento permitiu verificar que algumas pessoas passaram por mudanças significativas nas suas maneiras de avaliar e participar da política entre 1989 e 2000.

As discussões da pesquisa foram organizadas em seis capítulos, privilegiando, inicialmente, o contexto político, econômico e social em que ocorreu a eleição presidencial de 1989. No capítulo I, com base na literatura que estudou esse período, fizemos algumas considerações sobre a transição política no Brasil, entre meados da década de 1970 e o final dos anos 1980. No capítulo II, realizamos uma síntese dos comentários da literatura que abordaram as razões da vitória de Fernando Collor em 1989 e, principalmente, procuramos analisar, através dos jornais de Maringá, o contexto em que ocorreu aquela eleição nessa cidade, e qual a imagem, ou traços de cultura política os entrevistados deixaram nas páginas da imprensa local. No capítulo III, discutimos a atuação da mídia na eleição de 1989 e na eleição municipal de 2000 em Maringá, dando prioridade para a percepção dos depoentes; em relação a 1989, também foram analisadas as falas que algumas pessoas deixaram nos jornais da cidade sobre a cobertura midiática nessa eleição.

No capítulo IV, abordamos os valores ou as imagens que os depoentes manifestaram a respeito do poder, da política/eleição e de outros temas ligados à vida pública. No capítulo V, investigamos o saber cotidiano sobre a política. Com esse objetivo, procuramos conhecer as experiências de vida das pessoas, os locais/espacos e meios onde se informaram e formaram as suas opiniões em relação à vida pública. Além disso, discutimos alguns aspectos ou critérios utilizados na escolha do candidato na vida cotidiana. Finalmente, no capítulo VI, procuramos avaliar as transformações que parecem ter ocorrido na cultura política, ou percepções sobre a vida pública por parte de alguns depoentes, entre 1989 e 2000.

Nessa pesquisa as reflexões sobre as questões do campo político foram feitas com base nas contribuições teóricas e metodológicas da história social e cultural e do que poderíamos chamar, na falta de uma melhor definição, de história política renovada. Naturalmente não ignoramos a importância dos estudos clássicos sobre a política, - estamos a falar de uma disciplina que se constituiu como área de conhecimento ainda no início da era moderna<sup>3</sup> - no entanto, no enfrentamento da problemática deste trabalho, privilegiamos o diálogo com autores que estudam a arte de governar dentro de pressupostos mais inovadores, comparados à herança clássica. Assim sendo, se a política significa “a participação no poder, ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (WEBER, 1963, p.98), em nosso caso, estávamos mais interessados em saber o que os cidadãos comuns pensam de tudo isso, e como participam nesse processo, particularmente nos períodos eleitorais. Desse modo, o Estado e suas instituições, o Congresso, os partidos e os políticos profissionais não fizeram parte da nossa preocupação central; mesmo a eleição foi vista muito mais como um momento privilegiado para estudar a percepção política dos eleitores do que propriamente como um objeto a ser investigado em todos os seus mecanismos de funcionamento.

Durante muito tempo, uma das razões da censura à história política tradicional se devia ao fato de ela ser elitista e só se interessar pelas minorias privilegiadas, esquecendo-se do povo, ou das camadas populares; todavia, como bem observou Rémond (1996), hoje, essa crítica não se justifica mais contra uma história que pretende integrar todos os atores sociais no jogo político. Nesse sentido, ao invés das grandes batalhas, heróis e mitos nacionais, reconhece-se a importância de se estudarem os personagens anônimos e os grupos sociais marginalizados das instâncias de poder. Assim, seguindo essas novas abordagens, nesta pesquisa, procuramos investigar a imagem ou concepção dos populares sobre a política/poder, dos políticos, dos partidos e da vida pública em geral.

---

<sup>3</sup> Existe um consenso de que Maquiavel estabeleceu as bases do pensamento político moderno quando se distanciou da escolástica medieval, e, à semelhança dos renascentistas, procurou fundar uma nova ciência, baseada na investigação empírica; o objeto das suas reflexões seria a realidade política pensada como prática humana concreta, cuja ênfase seria focada no poder do Estado. Com esse procedimento, ele fundamentou o conhecimento secular e autônomo do político, separado da ética e do direito. MARTINS, Carlos Estevam. Vida e obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe - escritos políticos. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1999. P. 16-17 (Os Pensadores).

Nesse quadro, a representação política, entendida como o exercício do poder por uma ou mais pessoas no lugar dos governados - o povo - ou, mais precisamente, a democracia representativa moderna, foi pensada na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1989), a qual se aproxima dos nossos pressupostos a respeito desse assunto. Trabalhando com a noção de campo político, entendido como campo de forças e das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, Bourdieu argumenta que a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é substancialmente favorecida pelo desapossamento econômico e cultural da grande maioria. Por essa razão, a atividade política se torna o monopólio de um pequeno grupo de profissionais. Essa desigual distribuição dos instrumentos de representação do mundo social faz com que a política seja descrita na lógica da oferta e da procura. Nesse sentido, os produtos políticos gerados pela concorrência entre os profissionais do campo político: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos devem ser escolhidos pelos seus cidadãos com menor escolaridade, reduzidos ao estatuto de consumidores, cuja probabilidade de mal-entendido é tanto maior quanto mais estiverem afastados do lugar de produção desses conceitos e significados.

A nosso ver, não é só a falta de educação formal que gera esse “mal-entendido”, e nem sempre os cidadãos pobres consomem esses produtos políticos de forma passiva; mas a reflexão de Bourdieu é importante para nos mostrar que a atividade política, entendida como ciência ou arte de dirigir os negócios públicos, ao se transformar em um conjunto de regras, conceitos e rituais, distanciou-se muito da vida cotidiana das pessoas comuns e acabou se constituindo em um campo fechado, praticamente inacessível para a maioria dos cidadãos que não são políticos profissionais nem militantes.

Analisando as nossas fontes, tanto orais quanto escritas, sobre a eleição presidencial brasileira de 1989, encontramos fortes evidências de que os homens e mulheres que não dominam a linguagem do campo político profissional, e entre eles até mesmo pessoas com curso superior, geralmente falam e participam da política utilizando-se de códigos de saberes, princípios e critérios alheios àqueles consagrados pelo pensamento letrado. Tudo se assemelha ao encontro de universos muito distintos, e os períodos eleitorais são momentos privilegiados para estudar esse processo. Provavelmente essa deve ser uma das principais razões pelas quais muitas vezes o voto e o comportamento dos populares

em relação à política não são explicados a partir de categorias ou conceitos próprios desse campo. Como Bourdieu (1987) observou, discutindo a questão da opinião pública, as pessoas podem engendrar respostas para diferentes problemas a partir de um sistema de valores implícitos, interiorizados desde a infância. Essa questão nos ajuda a perceber que os homens situados fora do universo político profissional lançam mão de saberes elaborados em áreas muito distintas, quando falam ou se relacionam com a arte de governar a *polis*. Dessa forma, pensamos que devemos levar em consideração esses aspectos em nossas análises sobre essa temática para que ela possa obter algum êxito na compreensão da participação política popular.

Evidentemente, se pensarmos a cultura como um campo de forças para o estabelecimento de valores, ou um sentido hegemônico a respeito das relações políticas, econômicas e sociais, na perspectiva de Raymond Williams (1979), parece plausível acreditarmos que através do processo de convivência com eleições, partidos e outras instituições públicas, as camadas populares vão se familiarizando com essas questões; mas o grau e a aceção em que ocorre a apropriação desses produtos políticos nem sempre recebem a devida investigação. Acreditamos que essa incorporação, com frequência seletiva, não se faz dentro dos parâmetros imaginados por muitos estudiosos do tema. É por essa razão que uma das orientações básicas desta pesquisa inspirou-se no pressuposto de que o procedimento mais adequado para estudar essa problemática é procurar entender como as pessoas que não utilizam as linguagens do campo político para se expressar percebem, compreendem a política e todas as questões relativas à vida pública a partir das suas experiências e concepções. Nesse sentido, mesmo sabendo que corremos o risco de concluir esta discussão com truísmo, insistimos na idéia de que não adianta analisarmos as camadas populares baseando-nos somente nas categorias ou saberes do pensamento letrado sobre a política. Se assim procedermos, provavelmente muito pouca coisa iremos encontrar, além dos nossos próprios conceitos ou preconceitos.